



### Luis Gouvea Junior

Mestre em Latin American Studies  
(Universidade de Oxford) e Mestre  
em Relações Internacionais  
(Universidade de Coimbra).

### A CRISE HUMANITÁRIA VENEZUELANA: O DEBATE ENTRE O HUMANITARISMO CLÁSSICO E O NOVO

### THE VENEZUELAN HUMANITARIAN CRISIS: THE DEBATE BETWEEN CLASSICAL AND NEW HUMANITARIANISM

**RESUMO:** Nos últimos anos, a Venezuela é palco de uma grave crise humanitária. Apesar disso, o governo consegue se manter com o apoio dos militares. Usando o estudo de caso venezuelano, esse artigo contribui para o debate acerca do novo humanitarismo, que visa transformar as origens das crises humanitárias, e o humanitarismo clássico, que limita o seu enfoque à ajuda humanitária imediata. Para tal, foram analisados relatórios, entrevistas e notícias acerca da atuação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, um exemplo do humanitarismo clássico, e da *Mercy Corps*, seguidora do novo humanitarismo, na Venezuela entre 2018 e 2019. Os resultados indicam que as características do novo humanitarismo podem dificultar a ação de organizações internacionais em contextos onde o governo que recebe a ajuda: mantém militarmente o controle territorial e fronteiriço do estado; se opõe politicamente ao/aos estado(s) de onde a organização é oriunda.

**Palavras-chave:** Humanitarismo; Venezuela; Organizações Internacionais.

**ABSTRACT:** In recent years, Venezuelans have witnessed a severe humanitarian crisis. Despite that, the government manages to stay in power with the support of the military. Using the Venezuelan case, this article contributes to the debate about the new humanitarianism, which seeks to transform the origins of humanitarian crises, and the classical humanitarianism, which limited its focus to immediate humanitarian aid. To this end, we analyzed reports, interviews, and news about the work of the International Committee of the Red Cross, an example of classical humanitarianism, and Mercy Corps, a follower of the New Humanitarianism, focusing on the Venezuelan crisis between 2018 and 2019. The results indicate that the characteristics of the new humanitarianism can hinder the actions under contexts where the government in needy: militarily maintains territorial and border control of the state; politically opposed to the states from which the organization comes.

**Keywords:** Humanitarianism, Venezuela, International Organizations.

## 1 Introdução

Dada a urgência de situações de crise humanitária, a necessidade de organizações internacionais que atuem de forma a mitigar o sofrimento humano em contextos críticos é incontestável. Porém, até as noções humanitárias acabam por ser parcialmente construídas, sendo suas características fluidas ao passar do tempo (GORDON e DONINI, 2016). Recentemente, tal fluidez levou a uma crescente politização da ajuda, o que pode dificultar a atuação de algumas organizações (NASCIMENTO, 2015). Nesse caso, politizar a ajuda faz com que o estado receptor tenha uma análise política daquilo que vai receber. Visando contribuir para esse importante debate das Relações Internacionais, o presente trabalho busca analisar se e como as ações das organizações humanitárias são impactadas pela política e a capacidade estatal de onde vão atuar.

Para isso, iremos utilizar metodologicamente um estudo de caso, focando em uma das piores crises humanitárias da última década: a crise na Venezuela. O escopo temporal da análise limitar-se-á ao período compreendido entre 2018 e dezembro de 2019, antes do início da pandemia de covid-19 que transformaria toda a realidade humanitária. Tal restrição temporal foi estabelecida a fim de dedicar especial atenção ao período de forte turbulência política desde a controversa eleição de 2018, quando Nicolás Maduro sofreu forte oposição, tendo Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional, se autoproclamado presidente em janeiro de 2019 e conseguido reconhecimento de alguns estados. Além disso, relatórios de organizações como o *Human Rights Watch* (2019) indicam que a partir de 2017 houve um acentuar da crise de saúde pública e humanitária.

Para permitir uma análise da percepção estatal quanto a politização da ajuda, é importante compararmos duas organizações com princípios diferentes quanto a tal politização. Seguiremos então a tendência da literatura no tópico, a qual diferencia duas formas de humanitarismo: o humanitarismo clássico e o novo humanitarismo (FOX, 2001; BARNETT, 2011; PUREZA, 2012; NASCIMENTO, 2015; GORDON e DONINI, 2016). Nesse sentido, focaremos na atuação de duas organizações em solo venezuelano, as quais apresentam características que permitem um enquadramento nas duas vertentes: o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), representando o humanitarismo clássico, e a *Mercy Corps*, como exemplo do novo humanitarismo.

Após apresentarmos a dimensão da crise humanitária venezuelana e o contexto político local, usaremos relatórios das organizações para analisarmos como suas atuações foram influenciadas pelo regime venezuelano. Para além de tais relatórios, usaremos também notícias de jornais e entrevistas de representantes das duas organizações internacionais. Na conclusão,

olharemos em que medida o contexto estatal e de atuação destas pode contribuir para o debate entre humanitarismo clássico e novo. Reforço, porém, que este estudo não busca concluir, e nem defender, generalizações em relação à prática no terreno destas duas formas de humanitarismo. O presente trabalho olha, especificamente, para um estudo de caso, a Venezuela, onde há contextos sociais e políticos específicos, buscando entender nesta crise humanitária, como organizações, com pilares teóricos diferentes, atuaram. Tal exercício afigura-se particularmente relevante dada a possibilidade de repetição em estudos de casos semelhantes em futuras crises político-sociais.

## 2 A crise humanitária na Venezuela

Em termos económicos, a Venezuela confrontou-se, no período analisado neste trabalho, com uma drástica recessão e inflação galopante. De acordo com o Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH, 2019, p. 3), em 2019, a média do salário mínimo equivalia a sete dólares por mês, valor evidentemente insuficiente para satisfazer as necessidades básicas da população. Vale notar também que a Venezuela se encontrava entre os vinte países mais violentos do mundo, ocupando a 144<sup>a</sup> posição dentre 163 estados, no ranking da *Global Peace Index* (INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE, 2019, p. 14).

A nível humanitário, o país era, entre 2018 e 2019, palco de uma grave crise a todos os níveis. O ACNUDH (2019, p. 14) reconhecia graves violações dos direitos humanos, tanto os de primeira geração, devido à opressão aos direitos civis e políticos, quanto de segunda, com dificuldade de satisfação das necessidades básicas por parte da população. A Anistia Internacional chegou, inclusive, a afirmar que a situação era tão grave que configuraria um crime contra a humanidade (AMNESTY INTERNATIONAL, 2019). De acordo com a organização, para além da falta de alimentos e acesso à saúde, houve também uma enorme repressão política, com pelo menos quarenta e sete pessoas sendo assassinadas em protestos contra o governo (AMNESTY INTERNATIONAL, 2019).

No setor da saúde, o país registrava um crescente índice de mortalidade infantil e propagação de doenças, como a malária, tuberculose, entre outras, a par com um grande déficit de medicamentos e serviços médicos básicos (PAGE et al., 2019). O *Human Rights Watch* (2019, p. 3) chegou a identificar a proliferação de casos de doenças “preveníveis”, principalmente a partir de 2017. Entre tais doenças, referem ao aumento substancial dos casos de tuberculose, sarampo e difteria (HUMAN RIGHTS WATCH, 2019). Além disso, relatórios

indicam que nove em cada dez venezuelanos foram obrigados a parar o tratamento de HIV por falta de medicamentos antirretrovirais (HUMAN RIGHTS WATCH, 2019).

A grave situação social criou um enorme fluxo de refugiados, chegando a haver mais de quatro milhões de venezuelanos vivendo fora do seu país, em especial em outros países sul-americanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019). A grande maioria destes refugiados acabaram por ir para a Colômbia (MERCY CORPS, 2019A). No país vizinho, enfrentariam toda a dificuldade de migração, como falta de acesso à moradia, alimentos e água.

Considerando esta realidade, torna-se interessante remetermos ao conceito de Estado frágil. Controverso entre teóricos, tal conceitualização expressa a ideia de um fenômeno de incapacidade estatal em controlar fronteiras, manter o monopólio militar e oferecer serviços básicos, assim como o enfraquecimento da autoridade do governo central (NEWMAN, 2009, p. 422). No caso venezuelano, a ideia de estado frágil joga alguma luz num contexto político-social peculiar, o qual será fundamental levarmos em consideração ao longo desta pesquisa.

Primeiramente, o período considerado no país não se afigura um estado de guerra, mas sim, de uma situação de enfraquecimento estatal no que tange sua capacidade de garantir serviços públicos básicos, aumentando, assim, a crise humanitária vigente. Para mensurar a fragilidade dos estados, o *Fund for Peace* criou o índice *Fragile States Index* no qual a Venezuela aparecia, em 2019 como o 32º país mais frágil, sendo o país que mais piorou os seus indicadores (FUND FOR PEACE, 2019). Isso teria acontecido devido a acentuada escalada de violência, crise nos serviços de saúde e colapso económico (FUND FOR PEACE, 2019).

Contudo, enquanto internamente o governo enfrentava todas essas pioras nos indicadores económicos e sociais, Nicolás Maduro manteve o controle fronteiriço e militar, demonstrado pelo impedimento de entrada de caminhões humanitários vindos de países considerados politicamente opositores, como no caso dos Estados Unidos da América (EUA) e Brasil (MAISONNAVE e BOECHAT, 2019). O governante conseguiu, por meio de diversas práticas económicas, manter alguma fidelidade dentre as forças armadas e outros grupos paramilitares (CORRALES, 2020). Sob a definição de Newman (2009), tal manutenção do controle do uso da força, significa que, neste período, o estado venezuelano talvez não pudesse ser considerado um estado inteiramente frágil. Este controle de fronteiras acabará por ser peça fundamental para entender a diferente atuação da Cruz Vermelha e da *Mercy Corps* na Venezuela e, por isso, na próxima seção olharemos para tal.

### 3 Contexto militar venezuelano

Dentro dessa profunda crise humanitária, algumas características políticas da Venezuela merecem atenção por tornarem esse estudo de caso particularmente interessante. Diferente de outras crises humanitárias contemporâneas – como são os casos da Síria e do Iêmen, onde a crise é precedida por sangrentas guerras civis – no caso latino-americano não há conflitos armados abertos. No entanto, a sociedade venezuelana passou por uma crescente militarização nas últimas décadas. Para entender o que atualmente torna a crise venezuelana única, devemos olhar para duas características fundamentais: a emergência do bolivarianismo e a relação entre o estado e as forças militares.

O bolivarianismo, enquanto movimento político, surge ainda nos anos 80 por meio do Movimento Revolucionário Bolivariano 200 (MRB-200) (HAWKINS, 2013). Formado entre militares, dos quais se destacaria Hugo Chavez, este movimento assumia aspirações nacionalistas e socialistas, propondo uma revitalização do sistema político partidário vigente na altura (HAWKINS, 2013).

Após o avanço das políticas neoliberais nos anos 80, momento marcado por uma grave crise econômica e social, o MRB-200 procedeu com uma tentativa de golpe militar em 1992, que acabaria por falhar, levando alguns dos seus líderes, inclusive Chávez, para a prisão. Com a manutenção destas políticas econômicas por parte do governo, sob a alçada do Fundo Monetário Internacional na década de 1990, Chávez, já em liberdade, decide candidatar-se à presidência em 1998, apresentando um discurso radical contra as elites econômicas e políticas (GATES, 2010).

Eleito presidente, o líder bolivariano levaria adiante uma profunda reforma política. Depois de promulgar uma nova constituição aceita em referendo nacional, Chávez promoveu o que alguns consideram uma “democracia participativa” (ELLNER, 2011). Com um discurso apelativo às camadas populares, o militar mantinha um discurso anti-imperialista, focado principalmente no ataque aos EUA (ROBERTS, 2016). Em um tom frequentemente agressivo e impulsivo, o presidente venezuelano atacava, em seus discursos, opositores e líderes políticos de países que considerava rivais<sup>1</sup> (MAYA e PANZARELLI, 2013).

Essa inimizade seria intensificada após sua alteração de objetivos em 2008, quando passou a defender abertamente não só uma revolução bolivariana, como também uma revolução socialista (BREWER-CARÍAS, 2010). Hugo Chávez iria assim se aproximar dos regimes rivais

---

<sup>1</sup> Chavez chegou até a chamar o então presidente norte-americano, George W. Bush, de burro: “Bush, you’re a donkey” (MAYA e PANZARELLI, 2013).

a Washington, como o cubano e o iraniano, além de promover seus ideais revolucionários na América do Sul, com futura influência sobre figuras como Evo Morales, ex-presidente da Bolívia (2006-2019) e Rafael Correa, ex-presidente do Equador (2007-2017) (DE LA TORRE, 2017). Sucedendo o líder da “revolução bolivariana”, Nicolás Maduro seguiria os mesmos passos em relação à potência norte-americana, tratando os EUA como inimigo do seu regime (MADURO, 2019).

Para a realização da nossa análise, devemos ainda considerar outro aspecto político fundamental: as forças militares, essenciais no projeto bolivariano e na manutenção de Nicolás Maduro no poder. A constituição venezuelana de 1999 deu um novo papel às forças armadas. Para além de permitir que os militares votassem, o Presidente passou a ter o controle das promoções da carreira militar e os militares passaram a desempenhar funções a nível do desenvolvimento nacional (TRINKUNAS, 2005).

Essas novas funções aumentariam a politização dos militares e sua submissão ao presidente. Depois do golpe falhado contra Chávez em 2002, o presidente intensificou suas ações de perseguição a militares opositores (TRINKUNAS, 2005). Alguns relatórios indicam até que Chávez contava com um serviço especial de inteligência treinado por Cuba e que espionava seus próprios militares (CORRALES, 2020). Seguindo sua corrente ideológica, em 2008, o presidente implementaria uma “Doutrina Militar Bolivariana”, um código ideológico que deveria ser seguido pelas forças militares (BREWER-CARÍAS, 2010).

Se Hugo Chávez procedeu com um estrito controle e politização das forças militares, Maduro, que não detinha o mesmo carisma do seu antecessor, teria que utilizar de outros mecanismos para manter o exército fiel ao seu regime. O novo mecanismo usado foi o econômico, por meio da incorporação dos militares em várias esferas da economia venezuelana (JÁCOME, 2018). Desde a petroleira nacional, a *Petróleos de Venezuela S.A.* (PDVSA), até produções clandestinas, como o tráfico de drogas, passaram a ser controladas por oficiais militares (CORRALES, 2020).

Para além do exército, a Venezuela já passava por uma crescente militarização, onde outros organismos de segurança eram criados sob a alçada do regime, exemplificados pela Milícia Nacional Bolivariana, formada por Chávez em 2008 (JÁCOME, 2018). Com Maduro, diversas forças passaram a dividir o monopólio do uso da força do estado (CORRALES, 2020). Desde antigos combatentes das guerrilhas colombianas até grupos chamados *colectivos*, formados por forças civis, passaram a controlar partes do território sendo financiados e incentivados pelo governo (CORRALES, 2020).

Portanto, o regime de Maduro, acaba por ser um regime ideologicamente anti-imperialista e onde, apesar de toda crise, as forças militares seguiam, entre 2018 e 2019, apoiando o governo. Continuemos então para nossas duas variáveis em termos de humanitarismos: o novo e o clássico.

#### **4 O Clássico e o Novo Humanitarismo**

De uma forma geral, o conceito de humanitarismo surge sempre associado à ideia de solidariedade e caridade, em uma lógica de mitigação do sofrimento individual ou coletivo. Embora a ação humanitária assente no objetivo partilhado de oferecer uma resposta a casos de forte sofrimento humano, a sua definição encontra-se muitas vezes sujeita a diferentes entendimentos (GORDON e BONINI, 2016). Uma das formas de atuar perante estas crises é denominada, por alguns autores, como “humanitarismo clássico” (BARNETT, 2011; PUREZA, 2012; NASCIMENTO, 2015).

Especificamente, esta corrente surge associada à busca do filantropo suíço, Henri Dunant, em oferecer assistência médica aos feridos em batalha, após presenciar a Guerra de Solferino, em 1859, o que o levaria, mais tarde, a fundar o Comité Internacional da Cruz Vermelha (NASCIMENTO, 2015). Barnett (2011) defende que, para além do ideal central de humanidade, expresso na tentativa de salvar vidas, este humanitarismo clássico emerge também com base nos princípios da imparcialidade, neutralidade e independência. Visto como apolítico, este tinha seu pilar na ética, deixando, portanto, a política para os estados (BARNETT, 2011).

Sendo a Cruz Vermelha um dos principais expoentes desta forma de humanitarismo, podemos identificar nas suas atuações que o pragmatismo é outra característica aparente. A organização tende a agir em cada contexto de forma a garantir que a ajuda seja levada adiante, enfatizando um serviço humanitário pragmático e independente do julgamento público (FORSYTHE, 2005). Para organizações com fundamentos semelhantes, tais como os Médicos Sem Fronteiras, o foco da ajuda humanitária é, portanto, proteger os indivíduos e estancar os seus sofrimentos, independentemente da posição política pessoal ou do país de quem recebe a ajuda.

Porém, principalmente a partir do fim da guerra fria, o humanitarismo clássico passa por uma crise, sendo criticado como ineficiente e não profissional (NASCIMENTO, 2015). A crítica chega inclusive ao nível moral, onde a ideia apolítica da ajuda, passa a ser vista como moralmente questionável, por naturalizar violações de direitos humanos (FOX, 2001). De acordo com Pureza (2012, p. 5-6), destacam-se três motivos principais para tal crise: primeiro,

uma forte crítica a operações humanitárias que, com ações “paliativas” acabaram por ajudar na perpetuação dos conflitos; segundo, as “emergências políticas complexas”, onde há uma disseminação social do emprego da violência, acabou por gerar crises humanitárias “alegadamente de tipo novo”; terceiro, a mudança do entendimento de soberania de uma negativa, para uma mais positiva, no qual a noção vestefaliana é acrescida da ideia de que a soberania gera também responsabilidades para o estado perante a sua população.

Com estas novas realidades no terreno, as organizações clássicas têm que enfrentar também o argumento que a sua atuação se limita a ser paternalista e desconsidera a necessidade de transformação e emancipação de certas comunidades (RIEFF, 2002). Nesta crise, surgiriam questionamentos até aos princípios fundamentais do humanitarismo, inclusive à neutralidade. A neutralidade em situações extremas, como genocídios, teria feito com que a ajuda humanitária passasse a ser vista, por alguns, como perpetuadora de conflitos (FOX, 2001). Estas críticas começam, portanto, a levantar uma questão importante, tal como coloca Neal Keny-Guyer, presidente da *Mercy Corps*: “as organizações humanitárias estão muito rigidamente presas na ideia de se manterem neutras, sendo uma irresponsabilidade não combaterem as causas do conflito” (DICKINSON, 2017, p. s.n.).

Perante este cenário, surge então o conceito de “novo humanitarismo”, sendo este mais politizado e que busca ir além do tradicional objetivo de salvar vidas, assumindo adicionalmente objetivos políticos e desenvolvimentistas (FOX, 2001; BAH, 2013; NASCIMENTO, 2015). Neste sentido, algumas organizações como a *Mercy Corps* (2015) começam a defender que a ajuda humanitária deve deixar de ser de curto-prazo e buscar, em alternativa, solucionar as raízes dos conflitos.

Defensores desta corrente, como Paul O’Brien (2004), reivindicam que os conflitos e a pobreza têm raízes políticas, cabendo também aos humanitaristas influenciar tais raízes. Este argumento incide igualmente à emergência de processos de integração da ação humanitária a outras agendas mais amplas, tais como o fortalecimento de instituições democráticas (BAH, 2013). Autores como Charny (2004, p. 16) defendem que esta integração é inevitável e que deve constituir uma “ação internacional unificada”, permitindo uma reconciliação e inclusão social. Este novo humanitarismo mais integrado acaba por incluir também uma componente mais militarizada, onde operações militares surgem cada vez mais associadas a ações humanitárias (PUREZA, 2012).

Porém, para alguns autores, houve uma escalada de ajuda humanitária no pós-Guerra Fria, a qual teria ocorrido também por alguns Estados passarem a ver esta como uma ferramenta

para alcançar seus interesses de política externa (BARNETT, 2011, p. 4). Como Abu Bah (2013) explicita, este aproveitamento do humanitarismo encontraria subsídios teóricos também em novas noções, como na ideia de responsabilidade de proteger (R2P), sob a qual estados terceiros tem o dever de defender populações em situações onde um estado se tornou incapaz de proteger seus cidadãos.

Tendo sido fundada em 1982 nos EUA com o objetivo de ajudar refugiados cambojanos, a *Mercy Corps*, que será um dos focos desta análise, não só recebe financiamento de órgãos de estados ocidentais (MERCY CORPS, 2019C), como tem uma agenda política ocidentalizada. Um artigo de Madeline Rose, consultora sênior de políticas globais da organização, elucida este viés:

Este é um imperativo moral, mas também prático: nossa liderança no humanitarismo serve à vitais interesses dos Estados Unidos da América, não somente protegendo o nosso próprio povo dos perigos de pandemia ou disrupções de movimentos em massa de refugiados, mas também avançando a autoridade moral dos Estados Unidos no mundo<sup>2</sup> (ROSE, 2018, p. s.n. tradução do autor)

Esta afirmação da consultora da *Mercy Corps* vai convergir com um dos objetivos do novo humanitarismo: servir como forma de contenção de possíveis turbulências na periferia internacional (PUREZA, 2012). Essa contenção acaba por resguardar e corresponder aos fundamentos da paz liberal, a qual, com uma ideia universalista de paz, tende a desconsiderar as realidades locais (RICHMOND, 2006). A contenção das periferias e a transposição dos valores da paz liberal acabam por servir de base ao intervencionismo internacional (PUREZA, 2012). Toda essa politização da ajuda acabou por gerar alguns efeitos colaterais, já que para outros autores, “o uso político da ajuda humanitária [...] pode ter efeitos muito negativos e, de certo modo, questionar e dificultar uma ação humanitária imparcial, neutra e mais eficaz” (NASCIMENTO, 2013, p. 103).

Com este embasamento teórico, retornaremos então para a análise do caso da Venezuela. Somente considerando esses pilares ideológicos do clássico e do novo humanitarismo, poderemos compreender a diferenciação na atuação da CICV e da *Mercy Corps*, em solo venezuelano.

---

<sup>2</sup> Texto original: “*This is a moral imperative, but it is also a practical one: Our humanitarian leadership serves vital US interests, not only protecting our own people from the dangers of pandemics or the disruptions of mass refugee movements, but also advancing the United States’ moral authority in the world*” (ROSE 2018, p. s.n.).

## 5 Cruz Vermelha e Mercy Corps na Venezuela entre 2018 e 2019

A Cruz Vermelha e a *Mercy Corps* acabaram por atuar de forma distinta em relação a crise humanitária na Venezuela, sendo a área onde prestaram a ajuda, a mais evidente diferença que aqui buscamos analisar. Por um lado, o CICV, que está presente na Venezuela desde 1966, mantinha, no período aqui estudado, sedes na maioria das regiões do país (CRUZ ROJA VENEZUELANA, 2019). De acordo com Sophie Orr, diretora regional nas Américas, o CICV continuou atuando normalmente neste período, tendo acesso irrestrito aos lugares onde identificavam ser necessárias respostas humanitárias (INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS, 2019).

Já a *Mercy Corps* teve suas ações limitadas ao lado colombiano da fronteira deste país com a Venezuela. Sendo a Colômbia aliada do governo norte-americano, a *Mercy Corps* ofereceu ajuda aos refugiados que chegaram no país (MERCY CORPS, 2019A). Em cidades colombianas, a atuação foi baseada em assistência financeira àqueles que deixaram o território venezuelano, principalmente para compra de medicamentos e comida (MERCY CORPS, 2019A). De acordo com o seu relatório de 2019, a organização teria ajudado, desde 2018, em torno de 13 mil imigrantes venezuelanos, recém-chegados na Colômbia (MERCY CORPS, 2019A). Enquanto isso, no lado venezuelano da fronteira, o CICV diz ter prestado ajuda humanitária a mais de 300 mil pessoas (CICV, 2020).

A diferença territorial da atuação poderá também estar ligada às atividades e à forma de resposta de cada uma delas perante tal crise. Portanto, olhar para o que foi colocado em prática também é fundamental. Neste sentido, o que se percebe é que há algumas similaridades em algumas ações implementadas, tais como fornecimento de água e medicamentos para pessoas em vulnerabilidade. Na Colômbia, programas da *Mercy Corps*, como o *Emergency Assistance for Venezuelan Migrants* (Programa de Assistência para Migrantes Venezuelanos), ofereciam assistência financeira para que os imigrantes venezuelanos conseguissem ter acesso a moradia, água, saneamento e serviços de saúde (MERCY CORPS, 2018).

Quanto ao CICV, este acabou por ter uma forma de atuação mais abrangente em solo venezuelano, com programas que iam desde restabelecer contato entre familiares afastados pela crise, até investimento em formação sobre direito humanitário (CICV, 2020). Porém, similarmente à atuação da *Mercy Corps* na Colômbia, o acesso à água, saneamento e serviços de saúde também recebeu uma atenção especial (CICV, 2020).

Quanto a assistência médica, em 2019, a Cruz Vermelha mantinha uma rede de oito hospitais e 33 clínicas médicas (INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS,

2019A). Também fruto desta parceria, as ajudas médicas prestadas teriam alcançado em torno de 4,4 mil pacientes (CICV, 2020). Para além disso, a organização assinou acordos com o governo venezuelano, o que permitiu a entrada de mais de cem toneladas de material de assistência humanitária no país (SWISSINFO, 2019). Estes medicamentos visavam alcançar 650 mil pessoas somente em 2019 (INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS, 2019B).

Se as atuações detêm semelhanças, também ao nível do discurso é possível identificá-las. De fato, ambas consideravam a crise humanitária como gravíssima, exigindo uma resposta imediata, e defendiam que o foco da ajuda deveria ser as pessoas que desta necessitam. Do seu lado, a *Mercy Corps* defendeu, no início de 2019, uma maior facilidade de acesso por parte da ajuda humanitária ao território venezuelano, chegando mesmo a declarar que a ajuda não deve ser usada como ferramenta política no país (WELSH, 2019). Provas Budden, diretor regional da *Mercy Corps*, emitiu um comunicado em nome da instituição, deixando claro este apelo:

A ajuda não deve nunca ser utilizada como isca política – tanto as pessoas que necessitam de ajuda e aquelas que arriscam as suas vidas para entregá-la merecem mais. Nós apoiamos qualquer incremento no acesso humanitário e recursos para ajudar a virar a tendência contra o maciço sofrimento humano na Venezuela, é fundamental que grupos humanitários locais e imparciais, distribuam a ajuda para as pessoas que necessitam mais<sup>3</sup> (BUDDEN, 2019, p. s.n, tradução do autor).

O comunicado traz consigo, para além da defesa de uma ajuda não política, o conceito de imparcialidade. Em relatório sobre a ajuda oferecida na Venezuela ao longo de 2019, a Cruz Vermelha parece partilhar da importância deste conceito. Para o CICV (2020, p. 1), a sua atuação só foi possível pois “[o]s esforços de todos, sempre guiados por nossos princípios de independência, imparcialidade e humanidade, permitiram dar resposta às necessidades mais urgentes dos venezuelanos”.

Se há semelhanças na forma de atuação e no discurso, a questão que surge é porque o CICV atuou ativamente dentro do território venezuelano e a *Mercy Corps*, limitou-se ao território colombiano. Principalmente, considerando que as declarações da organização a respeito da crise humanitária, acima citadas, indicam que a restrição de atuação ao território colombiano não foi uma escolha da *Mercy Corps*. Tal limitação parece, portanto, incidir sobre a defesa de Torrenté (2004) de que é difícil aceitar uma alteração da parcialidade de uma mesma organização, diante de diferentes crises.

---

<sup>3</sup> Texto original: “*Aid should never be used as political bait – both the people who need it and those who risk their lives to deliver it deserve better. We support any increase in humanitarian access and resources to help turn the tide against massive human suffering in Venezuela. Should aid make it into Venezuela, it is critical that local, impartial humanitarian groups distribute it to the people who need it most.*” (BUDDEN, 2019, p. s.n.).

De forma antagónica a continuidade de funções do CICV, Nicolás Maduro negava a entrada de qualquer ajuda ligada aos norte-americanos. Em conferência de imprensa, chegou a afirmar que a ajuda humanitária é um presente podre e envenenado, e que a crise humanitária não passava de uma invenção estadunidense para justificar uma intervenção na Venezuela (MADURO, 2019). É importante mencionar, contudo, que de acordo com a Organização das Nações Unidas, a maior parcela de fundos utilizados nas ajudas humanitárias dadas a Venezuela em 2019 veio dos Estados Unidos, aproximadamente 57 bilhões de dólares (UNOCHA, 2019). Tais fundos foram destinados principalmente a organizações terceiras, muitas das quais ligadas as Nações Unidas, como a UNICEF ou o ACNUDH, ou a Organização Mundial da Saúde (UNOCHA, 2019).

Potencialmente, a ajuda fornecida pela Cruz Vermelha também pode ter recebido financiamento indireto do governo norte-americano. De acordo com os mesmos dados das Nações Unidas, a Cruz Vermelha teria um total de 10,8 milhões de dólares de fundos para a Venezuela em 2019 (UNOCHA, 2019). Torna-se importante destacar, contudo, que estas organizações têm seus financiamentos oriundos de acordos internacionais de grande escala, recebendo fundos de vários países.

No caso da Cruz Vermelha, no relatório de 2019, constam financiamentos de 22 países mais a União Europeia e o Banco Mundial (ICRC, 2019). Dentre eles, o maior investidor foi os EUA, chegando a 478 milhões de francos suíços (ICRC, 2019). Esta informação torna-se importante pelo fato que mesmo recebendo financiamento dos EUA, o governo venezuelano não impediu a entrada da Cruz Vermelha nos seus territórios. Obviamente, isto sugere que o caráter neutral e imparcial da instituição pode ter contribuído para a sua atuação na Venezuela mesmo sendo fortemente financiada pelos EUA. No mesmo relatório, a Cruz Vermelha afirma que a flexibilidade da instituição permanecia, uma vez que a grande maioria das doações não tinham destinos geográficos pré-estabelecidos (ICRC, 2019).

Mesmo que boa parte do dinheiro utilizado no financiamento da ajuda humanitária, tenha vindo dos EUA, o posicionamento do governo venezuelano acabaria por dificultar a ação da *Mercy Corps* no país. A organização, com sede nos Estados Unidos, conta com financiamento de agências e estados politicamente contrários ao regime de Maduro (MERCY CORPS, 2019C). Como exemplo disso, uma das ações implementadas neste período em solo colombiano, a já citada, *Emergency Assistance for Venezuelan Migrants*, tem como doadora direta a *Office of Foreign Disaster Assistance*, a qual detém, por sua vez, ligações com a

USAID<sup>4</sup> (MERCY CORPS, 2018). Para além da obtenção de fundos governamentais, esta tem também um histórico de parceria com o setor privado destes países e é caracterizada pela sua “cultura corporativa” interna (NAGGY e FEINSTAIN, 2008, p. 6).

Se já não bastassem tais relações financeiras, a forma de atuação intervencionista da organização também potencializa que esta seja vista com ceticismo por governos, como o de Nicolás Maduro. De acordo com Naggy e Feinstain (2008, p. 4), quando no terreno, a *Mercy Corps* tende a atuar a nível local na atividade econômica, não se limitando a oferecer assistência, mas sim, tentando estimular a economia e resolver problemas comunitários, por meio de uma “mobilização comunitária”.

Até na página inicial do site da organização é possível identificar esta abordagem. No tópico “Quem somos nós”, lê-se: “*Mercy Corps* é um time global de humanitários (...). Para além de entregar ajuda para necessidades urgentes, nós desenvolvemos solução no longo-prazo para fazer uma transformação durável possível”<sup>5</sup> (MERCY CORPS, 2022A, p. s.n., tradução do autor). A página “O que fazemos”, complementa: “Nós atuamos como um conector, um colaborador, um catalisador, e um advogado pela mudança”<sup>6</sup> (MERCY CORPS, 2022B, p. s.n., tradução do autor). Para governos que têm enfrentado uma forte oposição e perda de legitimidade interna, é naturalmente difícil conviver com uma organização estrangeira que se propõe a participar numa construção econômica e social de longo prazo.

Em outros contextos que não o venezuelano, a organização inclusive já afirmou ser positivo colocar o cariz humanitário em detrimento da soberania dos Estados (MERCY CORPS, 2015). Por mais que, no caso venezuelano, os comunicados da *Mercy Corps* fossem no sentido de criticar a politização da ajuda, torna-se difícil ela passar pelo crivo de um governo que a vê como representante de interesses contrários aos seus. A combinação de financiamento norte-americano com uma proposta de ir para além da ajuda humanitária imediata, contribuindo também para a transformação social, indicam o porquê de terem tido tanta dificuldade de entrar na Venezuela. Se atrelado a incompatibilidade política, o governo mantém o controle fronteiriço do país, a organização tenderá a confrontar-se com ainda mais dificuldades de atuação.

---

<sup>4</sup> USAID, acrônimo de *United States Agency for International Development* (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), é o departamento do governo norte-americano responsável pela distribuição de ajuda para o desenvolvimento no estrangeiro.

<sup>5</sup> Texto original: “*Mercy Corps* is a global team of humanitarians (...). Beyond delivering aid to meet urgent needs, we develop long-term solutions to make lasting change possible.” (Mercy Corps, 2022A).

<sup>6</sup> Texto Original: “*We act as a connector, a collaborator, a catalyst, and an advocate for change.*” (MERCY CORPS, 2022B).

## 6 Considerações Finais

A análise do período da crise humanitária venezuelana aqui apresentada é interessante para perceber a capacidade de participação de instituições humanitárias “clássicas” e “novas” em contextos onde: não há guerras formais; o estado central mantém o controle das fronteiras; há um colapso dos serviços públicos. Uma vez que a Venezuela nem aparecia na lista de países onde a *Mercy Corps* (2019B) atuava em 2019, enquanto o CICV mantém sedes espalhadas por todo o país, torna-se clara a dificuldade imposta às organizações humanitárias com características do novo humanitarismo em atuar perante contextos que não sejam nem politicamente amigáveis, nem de conflito generalizado, onde não haja um esfacelamento do controle fronteiriço.

Vale ressaltar que a falta de acesso da organização à Venezuela não aconteceu por falta de interesse da mesma. A *Mercy Corps* desejava atuar diretamente no país, como fica evidente por afirmações do seu diretor regional (BUDDEN, 2019; WALSH, 2019). Portanto, parece plausível concluir que, nestes contextos, em linha com algumas críticas sofridas pelo “novo humanitarismo”, a visão de que o humanitarismo deve ir para além da ajuda imediata, pode dificultar uma ação mais eficaz.

Apesar de termos limitado a análise a duas organizações, e possivelmente outras instituições não terem seguido o padrão aqui identificado, aparenta ser razoável considerar que outros organismos, seguidores dos princípios basilares da Cruz Vermelha, tenham conseguido atuar mais intensamente na Venezuela do que aqueles com relação a governos não aliados do governo local. Um exemplo é que a organização Médicos Sem Fronteiras, que segue princípios semelhantes à Cruz Vermelha, conseguiu continuar atuando ativamente dentro do território venezuelano (MEDECINS SANS FRONTIERS, 2022).

No período aqui analisado, os Médicos Sem Fronteiras mantiveram-se presentes em centros de saúde localizados em várias partes do território venezuelano, garantindo, às populações vulneráveis, acesso à saúde e tratamento de doenças, como a malária (MEDECINS SANS FRONTIERS, 2022). Seguindo esta linha de pesquisa, seria interessante uma análise comparativa futura entre outros casos que possam ter características diferentes dos analisados neste trabalho.

Devo ressaltar, que este estudo não representa uma conclusão generalista acerca das capacidades do novo humanitarismo. As conclusões, aqui apresentadas, referem-se a um estudo de caso em específico com um contexto social e político particular. No caso da Serra Leoa, onde havia uma realidade pós-conflito armado, Abu Bah (2013) oferece sólidos argumentos a

favor da importância do novo humanitarismo, afirmando a utilidade deste na diminuição do conflito.

Na Síria, por exemplo, a *Mercy Corps* também teve dificuldades em atuar, tendo sido expulsa por Bashar al Assad, em 2014, e acabando por terminar a sua operação em Damasco e nos territórios sobre o controle do governo (THE GUARDIAN, 2014). Porém, a organização continuou atuando em áreas não controladas pelo regime, ajudando milhões de pessoas e declarando eficiente o fato de colocarem o imperativo humanitário acima da soberania síria (MERCY CORPS, 2015).

No caso da Venezuela, onde não havia um esfacelamento do controle estatal, a *Mercy Corps* teve mais dificuldade de atuar. Para além de receber financiamento direto do governo dos EUA e da USAID, a organização também tem uma abordagem problemática para regimes como o venezuelano. A proposta de criar mudança de longo-prazo nos locais onde aconteceram crises humanitárias, faz com que os governantes no poder temam a sua atuação. Vale lembrar que Maduro (2019) negou por muito tempo ajuda humanitária, por afirmar que a Venezuela tinha condições de sair sozinha da crise.

Possivelmente, a atuação do CICV em solo venezuelano pode ser passível das críticas apresentadas ao humanitarismo clássico, nomeadamente no que diz respeito a colaboração com um regime que acaba por manter a crise humanitária vigente. Em última análise, prestar ajuda aos mais necessitados e suplementar as incapacidades estatais pode fazer com que a oposição ao governo minguem, e, no longo prazo, possivelmente fosse preferível atacar a crise humanitária na raiz política do problema.

Porém, se o caso em questão for observado sob a ótica de autores como Nicolas de Torrenté (2004), segundo a qual, apesar da importância do desenvolvimento, paz e justiça, o imperativo humanitário e o seu caráter urgente são os mais importantes, o caso aqui apresentado demonstra que, para os venezuelanos que urgem por ajuda dentro do seu país, o humanitarismo imparcial da Cruz Vermelha apresentou-se mais eficiente que o perfil transformador da *Mercy Corps*.

## Referências

ALTO-COMISSÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS. Human rights in the Bolivarian Republic of Venezuela. *Human Rights Council*, 2019. Disponível em: [https://www.ohchr.org/Documents/Countries/VE/A\\_HRC\\_41\\_18.docx](https://www.ohchr.org/Documents/Countries/VE/A_HRC_41_18.docx). Acesso em 15 de nov. 2019.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Venezuela: Crimes against humanity require a vigorous response from the international justice system*. 2019. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/05/venezuela-crimes-against-humanity-require-response-from-international-justice-system-2/>. Acesso em 14 de out. 2022.

BAH, A. B. The Contours of New Humanitarianism: War and Peacebuilding in Sierra Leone. *Africa Today*, Vol. 60, n. 1, 2013, pp. 3-26.

BARNETT, M. *Empire of Humanity: A History of Humanitarianism*. Ithaca: Cornell University Press, 2011.

BREWER-CARÍAS, A. *Dismantling democracy in Venezuela: The Chávez authoritarian experiment*. Cambridge: Cambridge Core, 2010.

BUDDEN, P. Mercy Corps Statement on the Politicization of U.S. Aid to Venezuela, *Mercy Corps Online*. 2019. Disponível em: <https://europe.mercycorps.org/en-gb/press-room/releases/mercy-corps-statement-politicization-us-aid-venezuela>. Acesso em 14 de out. 2022.

CHARNY, J. R. Upholding humanitarian principles in an effective integrated response, *Ethics & International Affairs*, Vol. 18, n. 2, 2004, pp. 13-20.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. *Venezuela: ajuda humanitária a mais de 300 mil pessoas em 2019*. 2020. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/document/venezuela-ajuda-humanitaria-mais-de-300-mil-pessoas-em-2019>. Acesso em 14 de out. 2022.

CORRALES, J. Why Maduro Hasn't Fallen? *Journal of Democracy*, Vol. 31, n.3, 2020, pp.39-53.

CRUZ ROJA VENEZOLANA. *Red Territorial*. 2019. Disponível em: <https://cruzrojavenezolana.org/red-territorial/>. Acesso em 15 de nov. 2019.

DE LA TORRE, C. Hugo Chávez and the Diffusion of Bolivarianism, *Democratization*, Vol. 24, n. 7, 2017, pp. 1271-1288.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Venezuela: Cruz Vermelha anuncia entrada de 24 toneladas de ajuda humanitária*, 2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/venezuela-cruz-vermelha-anuncia-entrada-de-24-toneladas-de-ajuda-humanitaria-11021007.html>. Acesso em 15 de nov. 2019.

DICKINSON, E. The end of impartiality? Peacebuilders urge rethinking of traditional firewall. *DEVEX*, 2017. Disponível em: <https://www.devex.com/news/the-end-of-impartiality-peacebuilders-urge-rethinking-of-traditional-firewall-91098>. Acesso em 15 de nov. 2019.

ELLNER, S. Venezuela's Social-Based Democratic Model: Innovations and Limitations, *Journal of Latin American Studies*, Vol. 45, 2011, pp. 421-449.

FORSYTHE, D. *The Humanitarians: The International Committee of the Red Cross*. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.

FUND FOR PEACE. *Fragile States Index 2019 Released: Venezuela and Brazil Most-Worsened Countries in 2019*, 2019. Disponível em: <https://fragilestatesindex.org/2019/04/10/fragile-states-index-2019-released-venezuela-and-brazil-most-worsened-countries-in-2019/>. Acesso em 15 de nov. 2019.

GATES, L. *Electing Chávez. The Business of Anti-Neoliberal Politics in Venezuela*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2010.

GORDON, S. e DONINI, A. Romancing principles and human rights: Are humanitarian Principles salvageable?, *International Review of the Red Cross*, Vol. 97, 2016, pp. 77–109.

HAWKINS, K. *Chavismo, Populism and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

HUMAN RIGHTS WATCH, *Emergência Humanitária na Venezuela: Resposta da ONU em grande escala é necessária para enfrentar a crise de saúde e alimentos*. 2019. Disponível em: [https://www.hrw.org/sites/default/files/supporting\\_resources/venezuela\\_emergencia\\_humanitaria\\_042019\\_portuguese.pdf](https://www.hrw.org/sites/default/files/supporting_resources/venezuela_emergencia_humanitaria_042019_portuguese.pdf). Acesso em 14 de out. 2022.

ICRC. *Annual Report 2019*. Volume 1, 2019.

INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE. *Global Peace Index 2019: Measuring Peace in a Complex World*. Sydney: IEP, 2019.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. *Q&A with Sophie Orr, regional director, Americas, on Venezuela*, 2019. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/document/qa-humanitarian-situation-venezuela>. Acesso em 15 de nov. 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS. *IFRC to bring humanitarian aid into Venezuela*, 2019A. Disponível em: <https://www.ifrc.org/press-release/ifrc-bring-humanitarian-aid-venezuela>. Acesso em 14 de out. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS. *Venezuela IFRC Operation Continues*. 2019B. Disponível em: <https://www.ifrcnewsroom.org/story/en/285/venezuela-ifrc-operation-continues>. Acesso em 14 de out. 2022.

JÁCOME, F. Los militares en la política y la economía de Venezuela. *Nueva Sociedad*, Vol. 274, 2018, pp. 119-128.

MADURO, N. Nicolás Maduro dice que la ayuda humanitaria a Venezuela es un “regalo podrido”, *CNN en Español*. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XKoLQzSkkZg>. Acesso em 14 de out. 2022.

MAYA, M. and PANZARELLI, A. Populism, Rentierism and Socialism in the Twenty-First Century: The Case of Venezuela. In: De La Torre, Carlos e Arnson, Cynthia (Eds.), *Latin American Populism in the Twenty-First Century*. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2013.

MAISONNAVE, F. e BOECHAT, Y. Regime Maduro impede entrada de ajuda e distúrbios deixam mortos e feridos. *Folha de São Paulo*, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/regime-maduro-impede-entrada-de-ajuda-e-disturbios-deixam-mortos-e-feridos.shtml>. Acessado em 15 de nov. 2019.

MEDICINS SANS FRONTIERS. *O que fazemos: Venezuela*. 2022. Disponível em: <https://www.msf.org.br/o-que-fazemos/projetos-msf/venezuela/>. Acessado em 16 de fev. 2023.

MERCY CORPS. *Cracking the Code: Enhancing Emergency Response & Resilience in Complex Crises*. Washington, 2015.

MERCY CORPS. *Mercy Corps Expands Colombia Border Response To Venezuela Crisis*. 2018. Acesso em 14/10/2022, Disponível em: [https://www.mercycorps.org/sites/default/files/2019-10/NR\\_Expanded%20Venezuela%20Crisis%20Response.pdf](https://www.mercycorps.org/sites/default/files/2019-10/NR_Expanded%20Venezuela%20Crisis%20Response.pdf). Acesso em 14 de out. 2022.

MERCY CORPS. *Quick facts: Venezuela's humanitarian crisis*, 2019A. Disponível em: <https://www.mercycorps.org/articles/venezuela-crisis-quick-facts#what-mercy-corps-doing-help>. Acesso em 15 de nov. 2019.

MERCY CORPS. *Where We Work*, 2019B. Disponível em: <https://www.mercycorps.org/our-work/where-we-work>. Acesso em 15 de nov. 2019.

MERCY CORPS. *Institutional Donors*, 2019C. Disponível em: <https://www.mercycorps.org.uk/u/institutional-donors>. Acesso em 15 de nov. 2019.

MERCY CORPS, *Who we are*, 2022A. Disponível em: <https://www.mercycorps.org/>. Acesso em 14 de out. 2022.

MERCY CORPS. *What we do*, 2022B. Disponível em: <https://www.mercycorps.org/what-we-do>. Acesso em 14 de out. 2022.

NAGY, A. R., & FEINSTEIN, J. *Mercy corps: Sustainable innovation through corporate partnerships*. SAGE Business Cases, 2008

NASCIMENTO, D. Do “Velho” ao “Novo Humanitarismo”: os Dilemas da Ação Humanitária em Contextos de Conflito e Pós-Conflito Violento. *Nação e Defesa*, Vol. 135, n. 5, 2013, pp. 93-113.

NASCIMENTO, D. One step forward, two steps back? Humanitarian Challenges and Dilemmas in Crisis Settings. *The Journal of Humanitarian Assistance*, 2015.

NEWMAN, E. Failed states and international order: constructing a post Westphalian world. *Contemporary security policy*, Vol. 30, n. 3, 2009, pp. 421-443.

O'BRIEN, P. Politicized Humanitarianism: A Response to Nicolas de Torrente. *Harvard Human Rights Journal*, Vol. 17, 2004, pp. 31-39.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *ONU precisa de US\$ 1,35 bilhão para apoiar venezuelanos*, 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/11/1694431>. Acesso em 15 de nov. 2019.

PAGE, K.; DOOCY, S.; GANTEAUME, F.; CASTRO, J.; SPIEGEL, P. & CHRIS B. Venezuela's public health crisis: a regional emergency. *The Lancet Online*, 2019. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS01406736\(19\)30344-7/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS01406736(19)30344-7/fulltext). Acesso em 15 de nov. 2019

PUREZA, J. M. As ambiguidades da responsabilidade de proteger: o caso da Líbia, *Carta Internacional*, Vol. 7, n. 1, 2012, pp. 3-19.

RICHMOND, O. P. The problem of peace: understanding the ‘liberal peace’, *Conflict, security & development*, Vol. 6, n. 3, 2006, pp. 291-314.

RIEFF, D. Humanitarianism in Crisis, *Foreign Affairs*, Vol. 81, n. 6, 2002, pp. 111-121.

ROBERTS, K. Populism and democracy in Venezuela under Hugo Chávez, In: Mudden Cas e Kaltwasser, Cristóbal (Eds.), *Populism in Europe and the Americas: Threat or Corrective for Democracy?* Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

ROSE, M. It's Time for the United States to Adopt a New Humanitarian Grand Strategy. *The Nation*, 2018. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/time-united-states-adopt-new-humanitarian-grand-strategy/>. Acesso em 15 de nov. 2019.

SWISSINFO. *Venezuela recebe outro envio de ajuda humanitária da Cruz Vermelha*. 2019. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/por/afp/venezuela-recebe-outro-envio-de-ajuda-humanit%C3%A1ria-da-cruz-vermelha/45152598>. Acesso em 14 de out. 2022.

TRINKUNAS, H. *Crafting civilian control of the military in Venezuela: A comparative perspective*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2005.

TORRENTÉ, N. de Humanitarianism Sacrificed: Integration's False Promise. *Ethics & International Affairs*, Vol. 18, n. 2, 2004, pp. 3-12.

THE GUARDIAN. *Aid group Mercy Corps forced to close Damascus operations*, 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/may/23/aid-group-mercy-corps-forced-to-close-damascus-operations-syria>. Acesso em 15 de nov. 2019.

UNOCHA. Venezuela, Bolivarian Republic of 2019, *Financial Tracking System*. 2019. Disponível em: <https://fts.unocha.org/countries/242/summary/2019>. Acesso em 14 de out. 2022.

WELSH, T. Aid groups wait in the wings during Venezuela aid standoff. *DEVEX*, 2019. Disponível em: <https://www.devex.com/news/aid-groups-wait-in-the-wings-during-venezuela-aid-standoff-94282>. Acesso em 15 de nov. 2019.

**Recebido em 15 de outubro de 2022.**

**Aceito para publicação em 19 de fevereiro de 2023.**